



NOME DO CANDIDATO: _____

DOC. DE IDENTIFICAÇÃO: _____

ASSINATURA DO CANDIDATO: _____

PROVA

LÍNGUA PORTUGUESA

CONHECIMENTOS ESPECIFICOS – QUESTÕES OBJETIVAS

REDAÇÃO

ORDEM DAS QUESTÕES:

(01 - 15)

(16 - 50)

(TEMA DE REDAÇÃO)



SUA PROVA

- Este caderno de prova, contém: 15 questões de língua portuguesa, 35 questões objetivas, 1 redação dissertativa.
- Você receberá 1 cartão-resposta destinado às respostas das questões objetivas.
- Você receberá 1 folha oficial para Redação.

=

TEMPO

- O tempo disponível para a realização da prova, é de 3 horas e 30 minutos.
- 60 minutos após o início da prova é possível retirar-se da sala.



É PROIBIDO

- Qualquer tipo de comunicação entre os candidatos durante a aplicação da prova.
- Sair de sala sem autorização do fiscal de sala.
- Levar a prova antes de finalizar 03 horas de prova.
- Copiar o gabarito em papel, na roupa ou em qualquer parte do corpo, sendo somente permitido no local indicado na prova.



INFORMAÇÕES GERAIS

- As questões objetivas têm cinco alternativas de respostas (A, B, C, D, E) e somente uma delas está correta.
- Verifique se seu caderno está completo, sem repetição de questões ou falhas. Caso contrário, notifique imediatamente o fiscal da sala, para que sejam tomadas as devidas providências.
- Confira se seus dados pessoais, nome, CPF e curso estão corretos no cartão-resposta.
- Use somente caneta esferográfica com tinta preta ou azul para preencher o cartão-resposta.
- Assine seu nome apenas nos espaços reservados.
- O preenchimento das respostas da prova objetiva é de sua responsabilidade e não será permitida a troca do cartão-resposta em caso de erro.
- Preencha todo o espaço da opção escolhida para a resposta. A marcação em mais de uma opção, anula a questão, mesmo que uma das respostas esteja correta.
- Reserve tempo suficiente para o preenchimento de suas respostas. Para fins de avaliação, serão levadas em consideração apenas as marcações realizadas no cartão-resposta da prova objetiva, não sendo permitido anotar informações relativas às respostas em qualquer outro meio que não seja o caderno de prova.

Boa Prova!

LÍNGUA PORTUGUESA

Trilha do Amor

Esses dias eu fui fazer uma trilha com meu namorado. Não, eu não sou fã de trilhas, nem do contato próximo com as plantas e os animais. É de longe minha última opção de lazer. Mas, desde que eu comecei a namorar, há quase dois anos, meu namorado fala que quer me levar para conhecer o Pico do Jaraguá. Foram muitas insistências dele e desistências minhas, até finalmente irmos. Era manhã de um sábado de outono e o céu estava nublado. Ele me buscou em casa e nos deslocamos até o Parque Estadual do Jaraguá. Foram 40 minutos dele dirigindo e eu guiando errado, já que minha preocupação maior era em escolher as músicas ao invés de olhar o GPS. Finalmente chegamos, estacionamos o carro e fomos para a trilha. No site, marcava 1800km, pouco, mas já adianta que para mim foram muito mais. Ao longo do caminho, enquanto eu tentava manter o fôlego, comecei a pensar em algumas coisas, e olhando para ele ao meu lado e para a trilha a minha frente, percebi o quanto o amor é semelhante a uma trilha. Para começar, ambos são uma escolha, porque o amor não é apenas um sentimento como a paixão. Da mesma forma que escolhemos fazer uma trilha, nós escolhemos amar todos os dias, apesar dos defeitos e imperfeições, nós escolhemos continuar. E de forma semelhante, nesse processo existem obstáculos que precisamos enfrentar, sejam pedras, aranhas, macaquinhos querendo pegar sua comida, ou ciúmes, teimosia, medo e outras adversidades que você só descobre quando começa a caminhar. O caminho é longo, às vezes cansativo e difícil, e às vezes você quer desistir. Mas quando você tem um parceiro, fica mais fácil lidar com os problemas que aparecem porque vocês estão juntos. E então, quando aparece uma cobra do nada no meio do percurso, o que foi o nosso caso, o medo e o desespero se transformam em risadas e piadas. Depois de muito caminhar, nós chegamos ao topo. E aí, foi só sentar e apreciar aquela vista, admirar o trabalho de Deus e agradecer por aquele momento. Até o sol apareceu para deixar tudo mais especial. Foi um momento de paz, harmonia e calma, em que a cumplicidade exalou o amor. E ali ficamos, o máximo de tempo possível, entre risadas e apreciações. Mas é hora de voltar e recomeçar a caminhada porque o amor tem que ser estável, mas não estático. E juntos, recomeçamos a caminhada, dessa vez, mais leve que a primeira porque quanto mais você conhece algo, mais tranquilo fica o percurso. E quando chegamos ao final dessa nova trilha, nós paramos, aproveitamos a vista e recomeçamos porque o amor é uma escalada, mas com uma vista ótima.

O texto acima foi extraído de:

SANTOS, Julia Castanha dos. Trilha do amor. *In*: MALULY, Luciano Victor Barros; MUÑOZ, Daniel Azevedo; TÔZO, Carla de Oliveira (org.). **Crônicas para ler e ouvir**. São Paulo: ECA-USP, 2023. v. 2, p. 13-14.

A partir do texto, responda às questões de 1 a 4.

01. Sobre o texto, marque a opção correta:

- a) A autora atendeu de modo rápido o pedido do namorado para que eles fossem fazer uma trilha juntos.
- b) A autora gosta muito de desfrutar a natureza.
- c) A autora considerou o trajeto para chegar ao Pico do Jaraguá muito rápido.
- d) A autora, em nenhum momento, desejou desistir da trilha.
- e) O amor supera diferenças e coopera para que os obstáculos sejam enfrentados e vencidos.

02. No período “Era manhã de um sábado de outono e o céu estava nublado”, a palavra céu é um:

- a) Ditongo nasal.
- b) Ditongo oral.
- c) Hiato.
- d) Dígrafo.
- e) Ditongo crescente.

03. Em “E ali ficamos, o máximo de tempo possível, entre risadas e apreciações”, a palavra “entre” se configura como:

- a) Artigo.
- b) Pronome.
- c) Preposição.
- d) Conjunção.
- e) Advérbio.

04. Observe o trecho sublinhado a seguir e marque o tipo de figura de linguagem que ele se classifica:

“Aproveitamos a vista e recomeçamos porque o amor é uma escalada.”

- a) Metáfora.
- b) Hipérbole.
- c) Eufemismo.
- d) Litote.
- e) Ironia.

05. Quanto à pontuação, analise as assertivas a seguir:

- I. Eliana você gostaria de ir ao teatro comigo?
- II. Não aprecio bolo de chocolate mas, amo bolo de abacaxi.
- III. Reginaldo e Sabrina, fizeram uma deliciosa feijoada.
- IV. Edgar, cirurgião conceituado, participará do congresso como palestrante.

Marque a opção correta:

- a) As assertivas I e IV estão corretas.
- b) As assertivas I e II estão corretas.
- c) As assertivas I e III estão corretas.
- d) Somente a assertiva IV está correta.
- e) Nenhuma das assertivas está correta.

06. Assinale a alternativa que corresponde a um texto injuntivo:

- a) Crônica.
- b) Seminário.
- c) Resenha.
- d) Receita culinária.
- e) Biografia.

07. Relacione a primeira coluna com a segunda:

Primeira coluna	Segunda coluna
(1) Onomatopeia	() Quem foi essa pessoa tão “maravilhosa” que fez a “proeza” de desligar a geladeira?
(2) Ironia	() Marcelo é o amor da minha vida, o companheiro de todos os dias, o amigo presente.
(3) Apóstrofe	() Antônio escutou o telefone trim, trim, trim... correu e ainda conseguiu atender à chamada de sua mãe.
(4) Zeugma	() Ó meu Deus! Ouve-me e tenha misericórdia da Terra!

Marque o item correto:

- a) (2), (4), (1), (3).
- b) (2), (3), (1), (4).
- c) (3), (4), (2), (1).
- d) (3), (2), (4), (1).
- e) (4), (1), (2), (3).

08. Escolha a opção em que o plural do substantivo está incorreto:

- a) Camafeu = camafeus.
- b) Figurão = figurões.
- c) Balãozinho = balõezinhos.
- d) Guarda-chuva = guardas-chuvas.
- e) peroba-do-campo = perobas-do-campo.

09. Quanto à ortografia, qual o item em que todas as palavras estão corretas?

- a) Altesa; pretensão; persuasão.
- b) Percussão; encomodar; quiz.
- c) Salcicha; largatixa; extender.
- d) Rúbrica; simplismente; através.
- e) Basculante; assessoria; ascensorista.

10. Leia atentamente as sentenças abaixo e complete as lacunas com os termos que dão sentido ao contexto das orações.

- I. O _____ foi belíssimo e a soprano interpretou algumas músicas italianas (Conserto/concerto).
- II. Eliaquim, _____ 10 anos fala que deseja se mudar do bairro em que vive, mas _____ pouca vontade de sua filha de querer deixar seus amigos, o impede (a/há ou há/a).
- III. Por _____ daquele morro existe uma lagoa límpida e linda (traz/trás).
- IV. Bartolomeu todos os dias _____ seu violão para tocar durante o intervalo das aulas (trás/traz).
- V. _____ em casa ou no trabalho, o importante é estar feliz (Seje/seja).

Marque a alternativa correta:

- a) I. Concerto; II. há e a; III. trás; IV. traz; V. seja.
- b) I. Conserto; II. há e a; III. traz; IV. trás; V. seje.
- c) I. Conserto; II. a e há; III. trás; IV. traz; V. seja.
- d) I. Concerto; II. a e há; III. trás; IV. traz. V. seje.
- e) I. Conserto; II. a e há; III. traz; IV. trás. V. seja.

11. Considere V para verdadeiro e F para falso:

- () A palavra baleia é um substantivo epiceno.
- () A palavra criança é um substantivo sobrecomum.
- () A palavra artista é um substantivo comum de dois.

Marque a opção correta:

- a) (V), (V), (V).
- b) (V), (V), (F).
- c) (F), (V), (F).
- d) (F), (F), (F).
- e) (V), (F), (F).

12. Considerando os tipos de adjetivos, relacione a primeira coluna com a segunda:

(1) Adjetivo composto	() Bonito
(2) Adjetivo pátrio	() Formoso
(3) Adjetivo primitivo	() Verde-claro
(4) Adjetivo derivado	() Cearense

Escolha a opção correta:

- a) (4), (3), (1), (2).
- b) (3), (4), (1), (2).
- c) (3), (1), (4), (2).
- d) (4), (1), (3), (2).
- e) (2), (3), (1), (4)

13. Quanto à regência dos verbos, considere V para verdadeiro e F para falso:

- () Joaquim aspirou ao pó do carpete.
- () Desde criança, Nelson aspirava ao cargo de oficial do Exército.
- () O concurso visa preencher as vagas referentes à profissão de bombeiro hidráulico.
- () Vou assistir o filme que está passando no horário das 14h.

Marque a alternativa correta:

- a) (V), (F), (F), (V).
- b) (V), (F), (V), (F).
- c) (F), (V), (F), (V).
- d) (F), (V), (V), (F).

e) (F), (V), (F), (F).

14. Relacione a primeira coluna com a segunda, conforme o tipo de advérbio que está destacado em cada oração:

Primeira coluna	Segunda coluna
(1) Certamente, viajarei amanhã para Paris	() Advérbio de intensidade
(2) Aline e Carlos, provavelmente, esqueceram o celular devido estarem com pressa para pegar o ônibus.	() Advérbio de modo
(3) O vestido estampado agradou bastante a cliente da loja.	() Advérbio de afirmação
(4) Você está de salto alto, por isso ande devagar para não cair.	() Advérbio de dúvida

Marque o item correto:

- a) (4), (3), (2), (1).
- b) (3), (2), (4), (1).
- c) (4), (3), (1), (2).
- d) (3), (4), (1), (2).
- e) (2), (4), (1), (3).

15. Marque a opção que apresenta a concordância verbal correta:

- a) 90% dos alunos aprovou a nova quadra de esportes do colégio em que estudam.
- b) Cerca de dez pessoas dançou forró no mercado central da cidade.
- c) Mais de dez gatos foram adotados durante a feira no *shopping*.
- d) A Minas Gerais são um estado histórico.
- e) Os Estados Unidos é um país com muitas praias.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

16. Em um caso julgado pelo Superior Tribunal de Justiça do Brasil, uma atriz famosa processou uma conhecida empresa jornalística. A controvérsia surgiu quando a empresa jornalística ALFA publicou imagem de ensaio fotográfico com fotos de nudez da atriz tiradas para um ensaio fotográfico exclusivo com a revista especializada BETA. A atriz argumentou que a publicação não autorizada de sua imagem em um veículo diferente do pretendido violava seus direitos de imagem e causava danos morais. A empresa jornalística ALFA defendeu que a publicação da imagem tinha caráter puramente jornalístico, ilustrando reportagem que discutiu o tema da nudez na mídia. Além disso, argumentou que as fotos eram artísticas e não atingiam a honra, a boa fama ou a respeitabilidade da atriz. A partir do caso relatado, é correto afirmar que:

- a) A publicação desautorizada de uma imagem para fins comerciais não enseja danos morais.
- b) A honra subjetiva não tem um termômetro próprio inerente a cada indivíduo.

- c) A publicação desautorizada de uma imagem exclusivamente destinada a uma certa revista, em um veículo diverso do pretendido, atinge a honra da pessoa exposta.
- d) A publicação desautorizada de uma imagem para fins comerciais enseja danos morais apenas quando expõe a pessoa retratada ao desprezo público.
- e) As empresas jornalísticas não podem ser responsabilizadas pela publicação não autorizada de fotos destinadas exclusivamente a outros veículos, tendo em vista a proteção da liberdade de imprensa.

17. Carlos André, um ex-catador de lixo que cresceu em um lixão, transformou sua vida e a de muitos ao seu redor. Ele instituiu uma fundação que emprega 16 famílias e encaminha recicladores para trabalhar em empresas de coleta de lixo. A fundação de Carlos André é um exemplo de como é possível transformar adversidades em oportunidades. No entanto, a criação de uma fundação envolve mais do que boa intenção, pois deve ser criada por meio de uma dotação especial de bens livres, conforme estipulado no Código Civil. O Ministério Público desempenha um papel relevante na fiscalização das fundações para garantir que operam de acordo com a lei e que os bens livres são destinados ao propósito pretendido.

De acordo com Código Civil, é correto afirmar:

- a) O Ministério Público Federal velará pelas fundações que atuem em mais de um estado da Federação.
- b) O Ministério Público deve aprovar o estatuto da fundação, cabendo recurso do instituidor ao juiz, mas não deve verificar se os bens destinados pelo instituidor são suficientes para realização do propósito pretendido pelo instituidor, diante da proteção da liberdade econômica do instituidor.
- c) O Ministério Público deve verificar se os bens destinados pelo instituidor são livres e desembaraçados, assim como se são suficientes para realização do propósito pretendido pelo instituidor, todavia, não deve interferir na elaboração do estatuto da fundação, em razão da autonomia da vontade do instituidor.
- d) O Ministério Público, em razão dos princípios da inércia da jurisdição e da presunção de inocência, apenas fiscaliza as fundações em casos de denúncias de irregularidades.
- e) Os atos de velamento do Ministério Público abrangem aprovar o estatuto da fundação e verificar se os bens destinados pelo instituidor são suficientes para realização do propósito pretendido.

18. João Silva, anteriormente condenado por atos de violência doméstica, sem residência fixa, conseguiu sua liberdade através de um *habeas corpus*. No entanto, após a liberação, ele começou a ameaçar sua ex-parceira, Maria Santos, violando a medida protetiva que lhe foi imposta. Esta medida proibia expressamente que João procurasse ou se aproximasse de Maria. Diante do descumprimento da medida protetiva por parte de João, o Ministério Público solicitou sua prisão, o que foi deferido pelo juiz. A partir das informações dadas, é possível concluir que o domicílio de João Silva é:

- a) O lugar onde tiver sede o Juizado da Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher.
- b) O lugar onde tiver sede a Promotoria de Justiça do Juizado de Violência Doméstica e Familiar responsável pelo pedido de prisão de João Silva.
- c) O lugar onde ele for encontrado.
- d) O lugar onde residirem os pais de João Silva.
- e) O lugar onde residir a atual companheira de João Silva.

19. A Prefeitura de Fortaleza realizou obras de requalificação da Praia de Iracema. As intervenções, que começaram em abril de 2023, abrangem o trecho da Avenida Rui Barbosa até o Largo do Mincharia, incluindo a construção e ampliação do calçadão ao longo da orla. As melhorias implementadas incluem uma ciclovia, nova pavimentação em piso intertravado substituindo o piso anterior, paisagismo, mobiliário urbano com design moderno, drenagem e paraciclos. Além das melhorias estruturais, o Instituto Cultural Iracema (ICI) realizou duas intervenções artísticas na região. Uma delas é um mirante em degraus no Largo do Mincharia, onde moradores e turistas podem apreciar o pôr do sol. A escultura Carne e Pedra, feita em pedras de mármore, celebra os povos originários com nomes esculpidos em baixo relevo. A segunda intervenção é o Beco Aranha, localizado na esquina das ruas Groaíras com dos Tremembés, com a inclusão de murais de artistas plásticos do Grupo Aranha. De acordo com o Código Civil, é correto afirmar que:

- a) Os materiais provenientes da demolição do piso anterior não perdem a qualidade de bens imóveis e a escultura Carne e Pedra é um bem fungível.
- b) Os materiais provenientes da demolição do piso anterior readquirem a qualidade de bens móveis e a escultura Carne e Pedra é um bem infungível.
- c) Os materiais provenientes da demolição do piso anterior readquirem a qualidade de bens móveis e a escultura Carne e Pedra é um bem fungível.
- d) Os materiais provenientes da demolição do piso anterior readquirem a qualidade de bens móveis e a escultura Carne e Pedra é considerada bem imóvel para os efeitos legais.
- e) Os materiais provenientes da demolição do piso anterior não perdem a qualidade de bens imóveis e a escultura Carne e Pedra é um bem infungível.

20. Uma renomada adolescente brasileira, 17 anos, estilista e escritora, nasceu e foi registrada com o nome de “Riroca”, que significa “Casa do Amor” em língua indígena Tupi-guarani. No entanto, devido ao *bullying* que sofreu na escola por causa do seu nome incomum, ela decidiu mudar seu nome para Joana, que significa “Deus é gracioso”, quando completar 18 anos. Apesar da mudança do prenome, ela pretende manter seus apelidos de família e continuar a honrar suas raízes indígenas através de seu trabalho. A partir das informações, assinale a alternativa correta:

- a) Após ter atingido a maioridade civil, a adolescente terá direito de requerer pessoalmente e imotivadamente a alteração de seu prenome, independentemente de decisão judicial, e a alteração será averbada e publicada em meio eletrônico.
- b) A adolescente não terá o direito de mudar seu nome, pois “Riroca” tem um significado cultural e familiar importante.
- c) A adolescente poderá mudar seu nome, mas apenas se provar que o nome ‘Riroca’ causou danos psicológicos significativos.
- d) A adolescente não poderá mudar seu nome, pois o novo nome deveria ter o mesmo significado de “Riroca”.
- e) A adolescente poderá mudar seu nome, mas apenas se convencer o juiz da causa de que a mudança é no melhor interesse dela.

21. Teresa, uma adolescente de 15 anos de idade, ao terminar o namoro com Donald, de 19 anos, foi vítima de divulgação de pornografia de vingança pelo ex-namorado, que publicou vídeos íntimos do casal nas redes sociais e sites de conteúdo adulto. Além de tomar as medidas criminais cabíveis, os pais de Teresa pretendem ajuizar reparação de danos contra Donald. Considerando os dados fornecidos é correto afirmar que o prazo prescricional para a propositura da ação de indenização será:

- a) de 3 anos, contado a partir da data em que Teresa contratar um advogado.
- b) de 5 anos, contado a partir da data da divulgação dos vídeos nas redes sociais e sites adultos.
- c) de 3 anos, contado a partir da data em que Teresa completar 16 anos, tendo em vista que a prescrição não corre contra pessoas absolutamente incapazes.
- d) de 5 anos, contado a partir da data em que Teresa completar 18 anos, tendo em vista que a prescrição não corre contra pessoas incapazes.
- e) de 3 anos, contado a partir da data em que Teresa completar 21 anos, tendo em vista que a prescrição não corre contra pessoas que não tenham discernimento.

22. Os direitos de personalidade, inerentes a todas as pessoas, incluem o direito à vida, à integridade física e psíquica, à liberdade, à verdade, à igualdade, ao nome, à honra, à imagem, à voz, entre outros. Os participantes de *reality shows*, como o Big Brother Brasil, geralmente assinam contratos que envolvem a limitação voluntária de certos direitos de personalidade. Isso porque, ao participar do programa, concordam em permitir que suas imagens, vozes e nomes sejam usados para fins de publicidade do programa. Sobre essa situação, é correto afirmar:

- a) O participante renuncia permanentemente a todos os seus direitos de personalidade ao assinar o contrato para ingressar no reality show.
- b) O participante pode limitar voluntariamente certos direitos de personalidade, como o direito à imagem e à voz, para fins de publicidade do programa, desde que tais limitações não sejam gerais nem permanentes.
- c) O participante não tem permissão para limitar voluntariamente qualquer direito de personalidade, tendo em vista que a proteção da dignidade da pessoa humana não pode ser mitigada por meio de declaração de vontade.
- d) A empresa produtora de reality show, titular dos direitos intelectuais do programa, pode limitar os direitos de personalidade do participante sem o consentimento deste.
- e) A limitação voluntária dos direitos de personalidade é possível sem restrição de alcance ou duração, porque a autonomia privada da pessoa natural governa, com exclusividade, a busca da realização de seu projeto de vida.

23. O Estado brasileiro passa por um conturbado momento de instabilidade política, tendo o Governo Federal declarado Estado de Calamidade Pública de âmbito nacional. De modo paralelo, está sendo discutida uma Proposta de Emenda à Constituição que visa modificar o número de representantes no Senado Federal dos Estados que possuem maior densidade populacional.

Com base no caso, responda.

- a) A mencionada PEC não deve prosperar, pois a Constituição não pode ser emendada no Estado de Calamidade Pública de âmbito nacional.
- b) A PEC só será aprovada caso seja discutida nas duas casas por dois terços de seus membros em dupla votação e sancionada pelo Presidente da República.
- c) A mencionada PEC só poderá ser aprovada caso passe por mais da metade das Assembleias Legislativas das unidades da Federação, manifestando-se, cada uma delas, pela maioria relativa de seus membros, vez que se trata de iniciativa reservada.
- d) Não há óbice do ponto de vista circunstancial a deliberação da PEC, mas ela enfrenta vício material, vez que fragiliza o federalismo.
- e) Caso a PEC venha a ser rejeitada ela somente poderá constituir objeto de novo projeto, na mesma sessão legislativa, mediante proposta da maioria absoluta dos membros de qualquer das Casas do Congresso Nacional.

24. O Ministério Público na Constituição Federal exerce papel central como órgão de grande importância para a defesa do regime democrático. Com base nisso e no regimento constitucional sobre a instituição, marque a opção correta

- a) A destituição do Procurador Geral da República, por iniciativa do Presidente da República, deverá ser precedida de autorização da dois terços da Câmara dos Deputados
- b) O Procurador Geral da República deverá ser o nome escolhido em eleições diretas na qual os membros do Ministério Público votam e escolhem de modo vinculante quem irá exercer a chefia do órgão.
- c) São princípios institucionais do Ministério Público a unidade, a divisibilidade e a independência funcional.
- d) O Ministério Público é instituição permanente, essencial à Função Jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis
- e) Tendo em vista sua autonomia funcional, o Ministério Público pode realizar despesas e assumir obrigações que extrapolem os limites estabelecidos na Lei de Diretrizes Orçamentárias.

25. O Supremo Tribunal Federal tomou uma decisão de mérito em sede de uma Ação Declaratória de Constitucionalidade (ADC), julgando pela improcedência da ação. Dois meses depois, um juiz do Estado Y, da Comarca Z, recebe uma petição inicial na qual os fatos estavam relacionados à aplicação da lei que fora alvo da mencionada ADC na Suprema Corte.

Diante do caso o Magistrado julgou o caso conhecendo da constitucionalidade da norma.

Com base na situação exposta, marque a opção correta.

- a) A conduta do magistrado não se mostra inadequada, vez que no Brasil vigora o modelo difuso e incidental no qual qualquer juiz ou tribunal pode reconhecer de ofício a constitucionalidade ou inconstitucionalidade da norma, mesmo no caso exposto.
- b) A conduta do magistrado não se mostra inadequada vez que julgada pela improcedência da ADC não gera efeitos vinculantes em relação aos demais órgãos do poder judiciário.

- c) O magistrado agiu de modo inadequado. No modelo do controle abstrato, vigora o chamado efeito dúplice ou ambivalente, no qual julgado pela procedência ou improcedência da ADC, os efeitos serão vinculantes. No caso, a ação julgada improcedente significa que a norma é inconstitucional.
- d) O magistrado agiu de modo inadequado, vez que a decisão do Supremo Tribunal Federal é vinculante. A ação cabível, no caso, é um Mandado de Segurança diretamente na Corte Suprema para a correção da decisão que contrariou o entendimento do STF.
- e) O magistrado agiu de modo inadequado, vez que tanto as decisões de procedência ou improcedência, em sede de controle abstrato, vinculam os demais órgãos e poderes do Estado, inclusive o poder legislativo.

26. Sobre a organização administrativa e os princípios básicos que regem a administração pública brasileira, marque a opção correta?

- a) Os cargos, empregos e funções públicas são acessíveis aos brasileiros que preencherem os requisitos estabelecidos em lei complementar, assim como aos estrangeiros, na forma da lei.
- b) O prazo de validade do concurso público será de até 3 anos, prorrogável duas vezes por igual período, atendido a necessidades especiais.
- c) É constitucional a vedação à posse em cargo público de candidato aprovado que, embora tenha sido acometido por doença grave, não apresenta sintoma incapacitante nem possui restrição relevante que impeça o exercício da função pretendida.
- d) São vitalícios após 2 anos de efetivo exercício os servidores nomeados para cargo de provimento efetivo em virtude de concurso público.
- e) É inconstitucional toda modalidade de provimento que propicie ao servidor investir-se, sem prévia aprovação em concurso público destinado ao seu provimento, em cargo que não integra a carreira na qual anteriormente investido.

27. Em relação ao regime jurídico que regulamenta a magistratura nacional, analise as assertivas e marque a opção correta:

- a) A promoção por merecimento pressupõe dois anos de exercício na respectiva entrância e integrar o juiz a primeira quinta parte da lista de antiguidade desta, salvo se não houver com tais requisitos quem aceite o lugar vago
- b) Lei complementar de iniciativa concorrente do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça disporá sobre o Estatuto da Magistratura.
- c) O juiz titular residirá na respectiva comarca, salvo autorização da Assembleia Legislativa por maioria absoluta;
- d) O ato de remoção ou de disponibilidade do magistrado, por interesse público, fundar-se-á em decisão por voto de dois terços do respectivo tribunal ou do CNJ, em sessão secreta, assegurada ampla defesa
- e) É vedada a permuta de magistrados de comarca de igual entrância.

28. A polícia, realizando patrulhamento ostensivo em determinada localidade, observa dois indivíduos na rua que já possuíam registro por infrações. Eles estavam realizando a entrega de um pequeno pacote e recebendo dinheiro em troca, em um beco e de madrugada. Diante disso, resolvem efetuar uma abordagem e encontram drogas, dinheiro, vários celulares e uma balança de precisão. Os policiais indagam o endereço de residência dos dois indivíduos e se dirigem até a localidade. Adentram no local e encontram vasta quantidade de drogas, dinheiro e armas.

Com base na constituição e na jurisprudência das cortes superiores, marque a opção correta.

- a) A entrada na residência dos indivíduos se mostra legal, tendo em vista que eles já haviam sido flagrados com armas e drogas.
- b) A autorização para a entrada na residência poderá ser dispensada em caso de flagrante delito ou com autorização do morador. A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça entende pela prescindibilidade da gravação ou da autorização escrita para o ingresso da polícia.
- c) A entrada na residência dos indivíduos se mostra ilegal vez que os atos pelos quais eles foram presos não guarda conexão específica com a residência deles.
- d) A polícia só poderá adentrar na residência dos indivíduos com autorização do delegado, do ministério público ou judicial.
- e) Em casos de flagrante delito a entrada na casa só poderá ocorrer durante o dia.

29. Em relação a temática da teoria da constituição, sentidos e concepções, analise as opções e marque a assertiva correta?

- a) O sentido sociológico da Constituição é uma tese defendida por Ferdinand Lassalle, na qual ele afirma que existem duas constituições: a que representa os fatores reais de poder e a escrita. Se esta não representar os fatores reais de poder, será uma mera folha de papel destituída de força cogente.
- b) A percepção de Konrad Hesse sobre a Constituição está atrelada ao déficit de normatividade que, por vezes, os textos constitucionais possuem. Em virtude disso, Hesse se mostra incrédulo em relação à força normativa da Constituição e sua capacidade de efetivação prática.
- c) Kelsen é um dos teóricos que defende o sentido político da Constituição, uma vez que sua percepção guarda íntima conexão com o chamado decisionismo e a ideia de quem consegue, de fato, significar a Constituição.
- d) A constituição brasileira é classificada como uma constituição material, uma vez que afirma que existe hierarquia entre normas constitucionais.
- e) A perspectiva de Theodor Viehweg é conhecida como método tópico problemático. Ele representa uma releitura da Constituição com foco primordial na norma para a resolução da questão que é submetida à análise constitucional.

30. A tutela de evidência é uma modalidade de tutela provisória prevista no Código de Processo Civil de 2015, que pode ser concedida quando o direito invocado pela parte é manifestamente evidente, seja pela existência de provas documentais incontestáveis, seja por uma tese já consolidada em súmula vinculante ou em julgamento de casos repetitivos. O objetivo da tutela de evidência é antecipar os efeitos da decisão final em casos onde a probabilidade do direito é tão clara que dispensa a necessidade de aguardar todo o trâmite processual. Sobre o tema, verifique as seguintes assertivas e assinale o item correto:

- a) Dispensa-se a demonstração de perigo de dano ou risco ao resultado útil do processo para a concessão de tutela de evidência.
- b) Quando as alegações de fato puderem ser comprovadas apenas documental e se houver tese firmada em julgamento de casos repetitivos ou em súmula vinculante, restará defeso ao juiz decidir liminarmente.
- c) Trata-se de um requisito objetivo para a concessão de tutela de evidência a demonstração de perigo de dano ou de risco ao resultado útil do processo
- d) Se a peça inaugural do processo for instruída com prova documental suficiente dos fatos constitutivos do direito do autor, sobre os quais não pese dúvida razoável ou inexista risco de dano, será concedida tutela de urgência de natureza cautelar.
- e) Para a concessão de tutela de evidência, exige-se a demonstração de perigo de dano ou risco ao resultado útil do processo.

31. Sobre as normas fundamentais e da aplicação das normas processuais, é correto afirmar:

- a) A conciliação, a mediação e outros métodos de solução consensual de conflitos não precisam ser incentivados por juízes, advogados, defensores públicos ou membros do Ministério Público durante o processo judicial, uma vez que a resolução consensual não é prioridade no sistema judicial.
- b) A autoridade julgadora poderá tomar uma decisão, em qualquer instância, fundamentada inclusive em questão sobre a qual as partes não tiveram a chance de se pronunciar, uma vez que os assuntos podem ser considerados de ofício.
- c) Os sujeitos do processo podem cooperar para que se obtenha, em tempo razoável, decisão de mérito justa e efetiva, proferindo-se decisão contra a parte mesmo que esta não seja ouvida, garantindo-se assim maior celeridade, como nas demandas que envolvem tutela provisória de urgência.
- d) Os juízes e os tribunais atenderão, preferencialmente, à ordem de protocolo das ações para proferir sentença ou acórdão.
- e) Todos os julgamentos dos órgãos do Poder Judiciário serão públicos, e fundamentadas todas as decisões, sob pena de nulidade. Nos casos de segredo de justiça, pode ser autorizada a presença somente das partes, de seus advogados, de defensores públicos ou do Ministério Público.

32. No âmbito da Lei nº 13.105/2015, as tutelas provisórias podem ser classificadas em tutela de urgência e tutela de evidência. Sobre as tutelas provisórias, assinale a alternativa correta:

- a) A tutela de urgência será concedida quando existirem indícios que comprovem a probabilidade do direito e o risco de dano ou comprometimento do resultado eficaz do processo.
- b) A concessão da tutela de urgência exige, em todos os casos, a apresentação de caução real ou fidejussória, sem possibilidade de dispensa, sobretudo na hipótese em que a parte se declare como economicamente hipossuficiente.
- c) A parte não responde pelos prejuízos causados à parte adversa pela efetivação da tutela de urgência, mesmo que a sentença final lhe seja desfavorável, desde que não haja reparação por dano processual.
- d) Nas hipóteses em que a urgência for simultânea à propositura da demanda judicial, a peça inaugural não pode se limitar ao requerimento da tutela antecipada com a

exposição da lide, uma vez que o direito que se busca realizar deve ser detalhado, sobretudo nos casos de tutela de evidência, em que se exige a demonstração do perigo de dano ou do risco ao resultado útil do processo.

e) O indeferimento da tutela cautelar impede que o autor elabore o pedido principal, influenciando no julgamento desse, inclusive se a razão do indeferimento for o reconhecimento de decadência ou de prescrição.

33. Jurisdição no processo civil é a função exercida pelo Estado, por meio do Poder Judiciário, destinada a resolver conflitos de interesses entre as partes. Trata-se do poder-dever dos juízes de aplicar o direito ao caso concreto, garantindo a proteção de direitos, a solução de litígios e a manutenção da ordem jurídica. A jurisdição se caracteriza pela imparcialidade do juiz, pela obrigatoriedade de suas decisões e pela função substitutiva, uma vez que o Estado atua em lugar das partes para impor a solução do conflito. Sobre os limites da jurisdição, assinale o item correto:

a) A ação proposta perante tribunal estrangeiro induz litispendência e veda seu conhecimento por autoridade judiciária brasileira, incluindo-se suas questões conexas, independentemente de disposições em tratados internacionais ou acordos bilaterais.

b) A pendência de causa perante a jurisdição brasileira não impede a homologação de sentença judicial estrangeira quando exigida para produzir efeitos no Brasil.

c) Cabe à autoridade judiciária brasileira o processamento da ação judicial em caso de existência de cláusula de eleição de foro exclusivo estrangeiro em contrato internacional, arguida pelo réu na contestação.

d) Em ações de divórcio, compete à autoridade judiciária brasileira, de maneira concorrente, proceder à partilha de bens situados no Brasil, quando o titular é de nacionalidade estrangeira ou tenha domicílio fora do território nacional.

e) É inadmissível a ação meramente declaratória, especialmente nas hipóteses de constatada violação a direito.

34. Litisconsórcio é uma figura processual em que duas ou mais partes figuram conjuntamente em um mesmo processo, seja como autoras, rés ou ambas, com o propósito de harmonizar os julgados e promover a economia processual. Sobre o tema, assinale o item correto:

a) Há litisconsórcio, dentre outras hipóteses, quando entre as causas houver conexão, sendo facultativa a modalidade quando pela natureza da relação jurídica controvertida, a eficácia da sentença depender da citação de todos que devam ser litisconsortes.

b) Nos casos que versam sobre direitos reais imobiliários, o cônjuge necessitará do consentimento do outro para propor ação, a não ser quando casados sob o regime de separação absoluta de bens.

c) Pode-se dizer unitário o litisconsórcio quando cada litisconsorte possui uma posição independente em relação ao objeto da demanda, e a decisão pode ser individualizada para cada um deles.

d) Poderá o juiz limitar o litisconsórcio necessário, desde que o faça para preservar a celeridade processual e a adequação do número de litigantes à complexidade do caso, o que se entende por litisconsórcio multitudinário.

e) Nos casos de litisconsórcio passivo necessário, o juiz pode decidir sobre a citação dos litisconsortes a seu critério, mesmo que o autor não tenha requerido a citação de todos os litisconsortes dentro do prazo, sem extinguir o processo por esse motivo.

35. Acerca dos recursos no Processo Civil brasileiro, verifique as seguintes assertivas e assinale o item correto:

a) Mariana foi condenada em um processo de habeas corpus que tratava de uma prisão preventiva considerada abusiva. O Superior Tribunal de Justiça (STJ) rejeitou seu pedido de habeas corpus, mantendo a decisão do Tribunal de Justiça que havia decretado a prisão preventiva. Mariana, alegando que a decisão do STJ violou garantias constitucionais fundamentais, como o direito à liberdade e ao devido processo legal, decide interpor embargos de divergência visando a revisão da decisão.

b) Ana entrou com uma ação de reintegração de posse contra Carlos, alegando que ele estava ocupando indevidamente um imóvel que lhe pertence. Durante o processo, o juiz decidiu conceder uma tutela provisória de reintegração de posse em favor de Ana, determinando que Carlos deveria desocupar o imóvel imediatamente. Carlos, insatisfeito com a decisão e alegando que a concessão da tutela provisória foi indevida, pois ele não teve a oportunidade de apresentar todas as suas defesas e provas, decidiu interpor um recurso de embargos de declaração para questionar essa decisão.

c) João ajuizou uma ação de cobrança contra Pedro, solicitando o pagamento de uma dívida resultante de um contrato de empréstimo. Após a fase de instrução, o juiz proferiu uma sentença determinando que Pedro pagasse o valor devido, mas omitiu a fixação de juros e correção monetária, que deveriam ser aplicados conforme o contrato. João, ao receber a sentença, percebeu que a ausência de determinação sobre os juros e a correção monetária poderia resultar em um cálculo incorreto do valor final a ser pago por Pedro, prejudicando a execução da decisão, assim, decidiu utilizar o recurso especial junto ao STJ.

d) Maria ajuizou uma ação de indenização por danos materiais e morais contra uma empresa de transporte público, após ter sofrido um acidente de ônibus que resultou em lesões físicas e perda de bens pessoais. Durante o processo, Maria apresentou provas documentais e testemunhais que corroboravam suas alegações. Após a instrução do processo, o juiz de primeira instância proferiu sentença, julgando improcedente o pedido de Maria, sob o fundamento de que não ficou comprovado o nexo de causalidade entre o acidente e os danos alegados. O juiz entendeu que Maria não demonstrou suficientemente que o acidente foi causado por negligência da empresa. Inconformada com a decisão, Maria deseja recorrer da sentença por meio da apelação, alegando que o juiz não considerou adequadamente as provas apresentadas e que o acidente, de fato, ocorreu por culpa exclusiva da empresa.

e) Pedro ajuizou uma ação de revisão de aposentadoria contra o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), alegando que o cálculo de seu benefício não considerou corretamente os períodos de contribuição. O juiz de primeira instância julgou procedente o pedido de Pedro, determinando a revisão do cálculo do benefício. O INSS, inconformado com a decisão, recorreu ao Tribunal de Justiça, que, por sua vez, confirmou a sentença. O INSS, ainda insatisfeito, decide recorrer ao Supremo Tribunal Federal (STF) via agravo de instrumento, argumentando que a decisão do Tribunal de Justiça contraria o entendimento consolidado sobre a matéria em nível constitucional, especificamente no que tange ao direito previdenciário e à interpretação de normas constitucionais.

36. Sobre os deveres das partes e de seus procuradores, assinale o item correto:

- a) Quando as partes e seus patronos se utilizam do emprego de expressões ofensivas escritos apresentados, caberá ao diretor de secretaria a advertência, sob pena de registro nos autos e condenação em litigância de má-fé, em valor não superior a 10 (dez) por cento sobre o valor da condenação.
- b) Caso partes e seus patronos pratiquem inovação ilegal no estado de fato de bem ou direito litigioso, reconhecer-se-á o ato como atentatório à dignidade da justiça, devendo a autoridade julgadora aplicar ao responsável multa em importância não superior a 10 (dez) por cento sobre o valor da causa, de acordo com a gravidade da conduta.
- c) O juiz condenará o litigante de má-fé a pagar multa, em importância superior a 01 (um) por cento e inferior a dez por cento do valor corrigido da causa, podendo fazê-lo de ofício ou mediante requerimento, para indenizar a parte contrária pelos prejuízos que esta sofreu e a arcar com os honorários advocatícios e com todas as despesas que efetuou.
- d) Os honorários contratuais devem ser fixados em valor não superior a 10 (dez) por cento sobre o valor da condenação, respeitando-se, para tal, critérios como grau de zelo profissional e importância da causa.
- e) O advogado pode solicitar que o pagamento dos honorários que lhe sejam devidos seja realizado em favor da sociedade de advogados que integra na qualidade de sócio, desde que não incorram em causas cujo advogado militou em causa própria.

37. Durante uma festa, João imaginou que Pedro estava olhando para sua namorada. Sob a influência do álcool, João agrediu Pedro com chutes e joelhadas no abdômen, fazendo com que Pedro caísse e batesse a cabeça no meio-fio da calçada, vindo a falecer. O exame pericial revelou que a causa da morte foi uma hemorragia encefálica devido à ruptura de um aneurisma cerebral congênito, condição desconhecida tanto por João quanto por Pedro e seus familiares.

- a) Fato atípico.
- b) Lesão corporal de natureza grave.
- c) Lesão corporal seguida de morte.
- d) Homicídio qualificado pela torpeza.
- e) Lesão corporal simples.

38. Uma mãe acorda de madrugada e percebe barulhos no quarto de sua filha de 11 anos de idade. Ao ir ao local (quarto), ela surpreende a menor tendo relações sexuais com o padrasto. Após ver a cena, sem tomar qualquer atitude em relação ao que viu, a genitora retorna para sua cama.

Diante do caso narrado, é correto afirmar que Bianca:

- a) Responde pelo crime de omissão de socorro;
- b) Responde pelo crime de estupro de vulnerável, sem causa de aumento de pena;
- c) Responde pelo crime de estupro de vulnerável, com aumento de pena decorrente do concurso de pessoas;
- d) Fato atípico, pois não concorreu para o estupro de vulnerável cometido pelo padrasto da vítima;

e) Responde pelo crime de estupro de vulnerável, com a causa de aumento de pena decorrente de ser genitora da vítima.

39. João, um estudante de direito, está em uma viagem internacional e se encontra em um país cuja língua ele não domina bem. Durante a viagem, ele entra em uma loja e adquire uma faca como lembrança. Ao retornar ao Brasil, ele é abordado pela polícia no aeroporto e preso por portar uma arma branca, o que é proibido pela legislação local. João alega que não sabia que estava cometendo um crime, pois no país onde comprou a faca, não havia qualquer restrição similar. Com base no caso concreto apresentado, analise as assertivas abaixo sobre erro de proibição e marque a alternativa correta:

1. () O erro de proibição pode ser classificado como evitável ou inevitável, dependendo das circunstâncias e do conhecimento do agente sobre a ilicitude do fato.
2. () No caso de João, se o erro de proibição for considerado inevitável, ele poderá ser isento de pena.
3. () O erro de proibição inevitável é aquele que não poderia ser evitado pelo agente mesmo com a devida diligência e conhecimento das leis.
4. () A ignorância sobre a proibição da posse de arma branca no Brasil, por si só, não justifica o erro de proibição.
5. () Para caracterizar o erro de proibição, é irrelevante se o agente poderia ou não conhecer a lei do país onde reside.

- a) Somente as assertivas 1, 2 e 3 estão corretas.
- b) Somente as assertivas 2, 3 e 4 estão corretas.
- c) Somente as assertivas 1, 3 e 4 estão corretas.
- d) Somente as assertivas 1, 2, 4 e 5 estão corretas.
- e) Todas as assertivas estão corretas.

40. Ana, Bruno e Carlos planejam roubar uma joalheria. Ana é responsável por observar o movimento da rua e avisar caso alguém suspeito se aproxime. Bruno, armado, entra na joalheria e realiza o assalto, enquanto Carlos espera no carro para a fuga. Durante o assalto, Bruno acaba atirando e ferindo gravemente um dos clientes. Todos conseguem fugir, mas são presos posteriormente. Com base no caso concreto apresentado, analise as assertivas abaixo sobre concurso de pessoas e marque a alternativa correta:

1. () No concurso de pessoas, todos os envolvidos respondem pelo crime na mesma medida, independentemente de suas contribuições específicas.
2. () Ana, Bruno e Carlos podem ser considerados coautores, pois todos contribuíram de alguma forma para a execução do crime.
3. () Carlos, por ser o motorista de fuga, pode ter sua pena atenuada, pois sua participação foi menos relevante.
4. () Se Ana não sabia que Bruno estava armado e que poderia ocorrer violência, ela pode alegar que não tinha dolo quanto à lesão corporal.
5. () A teoria do domínio do fato pode ser utilizada para atribuir a responsabilidade principal a Bruno, por ter executado a ação principal do crime.

- a) Somente as assertivas 2, 4 e 5 estão corretas.
- b) Somente as assertivas 1, 3 e 5 estão corretas.
- c) Somente as assertivas 2, 3 e 4 estão corretas.
- d) Somente as assertivas 1, 2 e 5 estão corretas.
- e) Todas as assertivas estão corretas.

41. Sobre os crimes contra a administração pública, assinale a alternativa correta:

- a) A concussão é o crime praticado por funcionário público que solicita ou recebe, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função ou antes de assumi-la, mas em razão dela, vantagem indevida.
- b) O peculato-apropriação ocorre quando o funcionário público desvia dinheiro público para fins eleitorais.
- c) A corrupção passiva é caracterizada pelo ato de oferecer ou prometer vantagem indevida a funcionário público, para determiná-lo a praticar, omitir ou retardar ato de ofício.
- d) O crime de prevaricação ocorre quando o funcionário público retarda ou deixa de praticar, indevidamente, ato de ofício, ou o pratica contra disposição expressa de lei, para satisfazer interesse ou sentimento pessoal.
- e) A condescendência criminosa é o crime praticado por funcionário público que exige, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, vantagem indevida.

42. Assinale a alternativa que NÃO contém uma discriminante:

- a) Estado de necessidade;
- b) Legítima defesa;
- c) Estricto cumprimento de dever legal;
- d) Exercício regular de direito;
- e) Coação irresistível

43. Sobre o inquérito policial, assinale a alternativa correta:

- a) O inquérito policial é um procedimento administrativo sigiloso e, por isso, o advogado do investigado não tem acesso aos elementos de prova já documentados.
- b) O inquérito policial é indispensável para o oferecimento da denúncia pelo Ministério Público, sendo obrigatório para a instauração de ação penal.
- c) O delegado de polícia pode, de ofício, arquivar o inquérito policial se entender que não há elementos suficientes para a denúncia.
- d) O indiciamento no inquérito policial depende exclusivamente da avaliação técnico-jurídica do delegado de polícia, independentemente da anuência do Ministério Público.
- e) O inquérito policial pode ser conduzido por qualquer autoridade pública, desde que tenha competência para apurar crimes no âmbito de sua jurisdição.

44. Sobre a liberdade provisória, assinale a alternativa correta:

- a) A liberdade provisória, sem fiança, pode ser concedida ao réu em crimes hediondos.
- b) A liberdade provisória, com ou sem fiança, é direito absoluto e deve ser concedida a todos os acusados.
- c) A concessão de liberdade provisória sempre está condicionada ao pagamento de fiança.
- d) A liberdade provisória pode ser concedida pelo juiz, desde que presentes os requisitos que autorizem a substituição da prisão preventiva por outras medidas cautelares diversas da prisão.
- e) A liberdade provisória não pode ser concedida em crimes praticados com violência ou grave ameaça.

45. Sobre a citação no processo penal, assinale a alternativa correta:

- a) A citação por edital ocorre apenas quando o réu está em local conhecido, mas não pode ser encontrado.
- b) A citação por hora certa é válida mesmo que o réu não seja encontrado em seu endereço após três tentativas de citação pessoal.
- c) A citação pessoal é a forma preferencial de citação no processo penal, devendo ser realizada sempre que possível.
- d) A citação do réu preso deve ser feita por edital, considerando a dificuldade de acesso aos presídios.
- e) A citação por correio é inadmissível no processo penal, sendo permitida apenas no processo civil.

46. Sobre o procedimento dos crimes dolosos contra a vida, assinale a alternativa correta:

- a) A competência para o julgamento dos crimes dolosos contra a vida é exclusiva do Tribunal de Justiça.
- b) A pronúncia é a decisão judicial que declara admissível a acusação contra o réu, remetendo-o a julgamento pelo Tribunal do Júri.
- c) O Tribunal do Júri é composto por 23 jurados, dos quais 12 são escolhidos para compor o Conselho de Sentença em cada sessão de julgamento.
- d) A decisão de impronúncia impede o Ministério Público de oferecer nova denúncia pelo mesmo fato.
- e) Em caso de absolvição sumária, o réu é imediatamente posto em liberdade, sem possibilidade de recurso por parte do Ministério Público.

47. João foi preso em flagrante por supostamente ter cometido um roubo. Durante a audiência de custódia, o juiz converteu a prisão em preventiva, alegando a gravidade do crime e a necessidade de garantir a ordem pública. No entanto, a defesa de João argumenta que a prisão preventiva é ilegal, pois não há provas concretas que liguem João ao crime, além de ele ser réu primário e ter residência fixa. A defesa decide impetrar um Habeas Corpus.

Com base nesse caso, assinale a alternativa correta:

- a) O Habeas Corpus é cabível apenas em casos de prisão ilegal, não podendo ser utilizado para discutir a conversão de prisão em flagrante em prisão preventiva.

- b) O Habeas Corpus não pode ser concedido em favor de João, pois ele foi preso em flagrante e a prisão foi convertida em preventiva pelo juiz.
- c) O Habeas Corpus pode ser utilizado para questionar a legalidade da prisão preventiva de João, especialmente se não houver elementos concretos que justifiquem a medida.
- d) A defesa de João deveria ter apresentado um recurso de apelação em vez de impetrar um Habeas Corpus, pois este não é o meio adequado para questionar decisões de prisão preventiva.
- e) O Habeas Corpus não é aplicável no caso de João, pois ele está preso preventivamente por decisão judicial fundamentada.

48. Carlos foi condenado a 10 anos de reclusão por tráfico de drogas. Após cumprir 2 anos da pena, ele requereu a progressão de regime para o semiaberto, alegando bom comportamento e trabalho na prisão. No entanto, o pedido foi negado pelo juiz de execução penal sob o argumento de que Carlos ainda não cumpriu o requisito temporal para a progressão. A defesa de Carlos argumenta que ele tem direito à progressão de regime e decide recorrer da decisão.

Com base nesse caso, assinale a alternativa correta:

- a) Carlos tem direito à progressão de regime após cumprir um sexto da pena, independentemente do crime pelo qual foi condenado.
- b) A progressão de regime só é possível após o cumprimento de metade da pena para todos os crimes.
- c) A progressão de regime no caso de Carlos deve obedecer ao requisito temporal específico para crimes hediondos ou equiparados, como o tráfico de drogas.
- d) A decisão do juiz de execução penal é irrecorrível e Carlos deve aguardar mais tempo para requerer novamente a progressão de regime.
- e) Carlos não tem direito à progressão de regime porque o tráfico de drogas não permite essa possibilidade.

49. Considere a seguinte situação hipotética:

Carlos, com a intenção de obter vantagem econômica, subtrai um relógio de um pedestre em via pública. Poucos minutos após a subtração, sentindo-se arrependido, Carlos decide devolver o relógio à vítima, o que faz de forma voluntária e sem qualquer intervenção policial. Diante desse cenário, assinale a alternativa correta em relação ao instituto do arrependimento posterior previsto no Código Penal:

- a) Carlos terá sua pena reduzida pela metade, visto que restituiu integralmente o bem subtraído.
- b) O arrependimento posterior só poderá ser aplicado se Carlos devolvesse o relógio antes de ser identificado pela vítima ou pela polícia.
- c) A pena de Carlos poderá ser reduzida de um a dois terços, pois ele restituiu voluntariamente o bem subtraído antes do recebimento da denúncia.
- d) O arrependimento posterior não se aplica ao crime de furto, mas somente aos crimes cometidos sem violência ou grave ameaça.
- e) Carlos não fará jus ao benefício do arrependimento posterior, pois este só se aplica em crimes contra a vida.

